

O Hospital Real de Todos-os-Santos e o terramoto de 1755

António Fernando Bento Pacheco ¹

Resumo

O Hospital Real de Todos-os-Santos, fundado por D. João II no rossio lisboeta em 15 de maio de 1492, assumiu-se como instituição basilar no processo de reforma da assistência desencadeado pela coroa portuguesa no último quartel de Quatrocentos.

O “espiritual grande de Lixboa”² terá ruído em 1755, surgindo o grande terramoto como factor único e determinante do seu desaparecimento. Esta leitura, radicada na retórica setecentista e da qual a historiografia tradicional fez eco, é questionável quando cotejada com o significativo acervo documental disponível.

A presença do hospital dos pobres no quotidiano da cidade pós-terramoto é, para nós, evidente e documentada. Abordar as duas décadas que se seguiram à catástrofe, procurando compreender em que condições se assegurou essa permanência e em que sentido

¹ Licenciado em História pela FCSH. Mestre em História Moderna e dos Descobrimentos, é assistente de investigação do CHAM – Centro de Humanidades, NOVA-FCSH. É membro do Centro de Investigação Professor Doutor Joaquim Veríssimo Serrão.

² *Livro das Obras de Garcia de Resende*, edição crítica por Evelina Verdelho. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994, p. 372.

evoluiu o pensamento reformista de Pombal, é o objetivo a que nos propomos.

Palavras-Chave: Assistência, enfermo, Hospital Real de Todos-os-Santos, Lisboa, Terramoto de 1755.

Abstract

All Saints Royal Hospital, founded by king João II in Lisbon on 15 May 1492, became since the beginning an essential institution in the assistance's reform process initiated by the portuguese crown in the last quarter of the fifteenth-century.

The “espiritual grande de Lixboa³” will have collapsed in 1755, being the great earthquake appointed as the only and determinant reason for its disappearance. This way of thinking, settled in the eighteenth-century rhetoric, in which the traditional historiography reverberated, is questionable when confronted with the significant number of documents available.

The hospital of the poors presence in the daily life of the post earthquake city is, in our opinion, clear and documented. Approach the two decades that followed this catastrophe, trying to understand the circumstances that assured this institution activity and how Pombal's reformist thought evolved, it's what we propose.

Keywords: Welfare, disable, All Saints Royal Hospital, Lisbon, 1755 Earthquake.

³ *Ibidem.*

O Hospital Real de Todos-os-Santos, fundado em Lisboa, em 1492, por D. João II, surgiu no âmbito da reforma dos pequenos e inoperantes estabelecimentos assistenciais medievais. Primeira grande estrutura hospitalar de uma cidade cosmopolita assumida como plataforma de contacto entre o velho e o novo mundo, o Hospital revela influência indiscutível da arquitectura hospitalar de tipologia cruciforme, cuja origem se enquadra no *Quattrocento* florentino, bem como uma percepção humanista do homem enquanto ser a quem devem ser facultadas respostas terrenas à dor, ao sofrimento, à marginalização.

Instituição de iniciativa régia, o que a diferencia das suas congéneres ocidentais, o Hospital Real de Todos-os-Santos surge como um dos primeiros hospitais medicalizados do seu tempo, distinguindo de forma muito clara, o que é inovador e moderno, a prestação de cuidados hospitalares tendentes a promover a recuperação do enfermo, de intervenções outras a situar nos domínios da assistência social e espiritual.

Referência obrigatória, quer enquanto estrutura edificada que marcou a paisagem e se tornou onnipresente na iconografia sobre a capital nos séculos XVI a XVIII, quer enquanto unidade hospitalar mais importante do reino, o “esprital grande de Lixboa⁴” manteve abertas as suas portas desde 1502, ano em que terão sido acolhidos os primeiros enfermos, até ao terceiro quartel do século XVIII, sendo a sua destruição imputada ao terramoto de 1 de Novembro de 1755. Maximiano de Lemos, na sua obra *História da Medicina em Portugal*, datada de 1889, sintetizava o conceito de que a maioria dos estudos sobre a instituição tem feito eco: “O terramoto de 1755 destruiu completamente e reduziu a

⁴ *Ibidem*.

cinzas a grandiosa fábrica do Hospital de Todos os Santos”⁵. Ora as palavras, sabemo-lo, possuem uma historicidade própria, adquirindo no tempo matizes que surpreendem pelo que revelam do comportamento humano e dos contextos que o justificam.

Admitimos hoje que as fontes coevas ampliaram consideravelmente as perdas patrimoniais e que se é incontestável que “o terramoto provocou imensos estragos em Lisboa, multiplicados exponencialmente pelo longo incêndio a que deu origem [...] não é a ele que devemos o desaparecimento do centro da capital do reino; antes à decisão – despótica, utópica e progressista – de arrasar o muito que estava de pé para fazer dele o chão pragmático de uma cidade quase literalmente nova, em termos físicos e, evidentemente, simbólicos”⁶, o que nos estimula a pensar que a proclamada total destruição do Hospital Real de Todos-os-Santos em Novembro de 1755 será uma teorização fantasiosa, sustentada por uma produção escrita e iconográfica que dilata a tragédia, distorcendo-lhe a dimensão⁷.

Nesta perspectiva, entendemos que a instituição manteve, para lá do 1º de Novembro de 1755 e apesar dos estragos sofridos, uma relação íntima, todos os dias renovada, com a cidade e com os lisboetas. Importa compreender em que condições essa continuidade foi possível em tão conturbado período.

⁵ LEMOS, Maximiano - *História da Medicina em Portugal – Doutrinas e Instituições*, vol. I. Lisboa: Publicações D. Quixote, Ordem dos Médicos, 1991, p. 140.

⁶ SILVA, Raquel Henriques da - “Da destruição de Lisboa ao arrasamento da Baixa: o terramoto urbanístico de Lisboa”. In *História e Ciência da Catástrofe: 250º aniversário do terramoto de 1755*, coord. Maria Fernanda Rollo, Ana Isabel Buescu, Pedro Cardim. Lisboa: Instituto de História Contemporânea da FCSH/UNL, 2007, p. 105.

⁷ Veja-se, a propósito do imaginário da catástrofe, ARAÚJO, Ana Cristina, “Armadilhas da razão prática: desastre, risco e propaganda”. In *História e Ciência da Catástrofe: 250º aniversário do terramoto de 1755*, coord. Maria Fernanda Rollo, Ana Isabel Buescu, Pedro Cardim. Lisboa: Instituto de História Contemporânea da FCSH/UNL, 2007, pp. 125-153.

É inquestionável que o terramoto produziu no velho edifício do Rossio estragos tais que obrigaram à utilização temporária de espaços de internamento alternativos, à quebra das rotinas hospitalares e mesmo à desarticulação do aparelho administrativo. Tal, porém, não querará significar o imediato desaparecimento do hospital, enquanto local de referência na cidade e enquanto instituição prestadora de cuidados de saúde. Ao contrário, como se depreende do aviso assinado por Sebastião José de Carvalho e Melo em 28 de Fevereiro de 1756⁸, bem como de um significativo acervo documental que chegou até nós, o Hospital Real de Todos-os-Santos continuou, se bem que com carências e dificuldades de toda a ordem, a receber, a conservar e a cuidar quantos a ele recorreram⁹. O ano de 1755 significou, isso sim, um passo de gigante, mas não o único, num longo processo reformista que acabará por determinar a demolição do Hospital, duas décadas após o terrível 1º de Novembro.

Difícil se torna, pois, compreender a relação de causa-efeito hipoteticamente existente entre a acção destruidora do terramoto e a transferência dos serviços hospitalares para o Real Colégio de Santo Antão, momentos separados por vinte anos ao longo dos quais se prestaram cuidados no hospital e se gizaram, na esfera do poder, condições políticas e patrimoniais para uma mudança não sonhada no início da década de Cinquenta. Há, para o hospital, uma sobrevida para lá da catástrofe, um quotidiano que importa considerar, uma permanência no tecido urbano que só deixará de o ser em 1775.

⁸ LISBOA, Amador Patrício de - *Providências do Marquês de Pombal que se deram no terramoto que padeceu a corte de Lisboa no ano de 1755*, vol. 3, introdução de Luís Oliveira Ramos. Lisboa: Público, Fundação Luso-Americana, 2005, p. 121. O Aviso que se refere tem como destinatário o Monteiro Mor do Reino.

⁹ *Ibidem* – “no dito Hospital, e mais lugares que actualmente se ocupam por conta dele, os doentes de febres e de outras enfermidades”.

Ao longo de quase toda a sua existência, foi o hospital alvo de inúmeras intervenções, de molde a permitir-lhe as múltiplas respostas que um centro urbano em permanente crescimento, como Lisboa, lhe foi exigindo. Foi palco de dois grandes incêndios, em 1601, com destruição de várias dependências e nos quais se viria a perder alguma pintura de Fernão Gomes e de Francisco Vanegas e um outro, na madrugada de 10 de Agosto de 1750, do qual sabemos, pela *Relação*¹⁰ que Manuel Soares publicou ainda nesse ano, que o Hospital, com todas as estruturas que funcionavam dentro da sua cerca, sofreu elevados estragos e perdas.

O fogo consumiu enfermarias, as casas da Fazenda e do Enfermeiro-Mor, então D. Álvaro de Noronha e Castelo Branco, conde de Valadares, a quase totalidade do templo e a Casa dos Enjeitados, procurando as amas e as crianças refúgio na capela-mor de S. Domingos e recebendo mais tarde abrigo provisório no Palácio do Conde da Ribeira.

Do texto publicado por Manuel Soares (1750), há que inferir que o hospital terá ficado seriamente afectado, com áreas que nunca virão a recuperar do desastre e com a necessidade imperiosa de transferir temporariamente para outros locais, como o Convento Bernardo de Nossa Senhora do Desterro, alguns serviços de internamento.

O incêndio de 1750 assume, na nossa perspectiva, decisiva importância, uma vez que deixa claro que o primeiro hospital do reino, em torno do qual gravitam uma miríade de organizações, ofícios e interesses, não pode continuar a depender de sucessivas campanhas de obra avulsa. Com base nas intenções régias vertidas no Real

¹⁰ *Relação verdadeira, e individual do formidavel incendio que se ateou no Hospital Real de Todos os Santos da Cidade de Lisboa, em 10 de Agosto, deste anno de 1750.* Lisboa: Na Officina de Manoel Soares, 1750.

Decreto de 6 de Julho de 1752, assinado em Belém, são adquiridas a diferentes proprietários, entre 1752 e 1754, quinze propriedades, entre as quais se encontrava o palácio e os anexos dos Marqueses de Cascais¹¹, conjunto este também conhecido como casas do conde de Monsanto ou Casas do Couto e onde, logo em 1754, se instalou a Congregação de S. Camilo de Lélis, clérigos regulares exactamente vocacionados para o apoio aos enfermos. Pretendia-se a afectação de toda a área da actual Praça da Figueira, bem como do seu quarteirão nascente, até ao Poço do Borratém, ao património do Hospital de Todos-os-Santos, permitindo assim uma obra de envergadura, que transformaria o Hospital num dos maiores do seu tempo¹². O que estava em causa era, afinal, a necessária reforma, não apenas do Hospital de Todos-os-Santos, mas também de outras instituições que na sua órbita funcionavam, casos, entre outros, da Escola de Cirurgia ou da Casa consagrada ao muito complexo problema das crianças expostas e enjeitadas.

Recordo Gustavo de Matos Sequeira, quando afirmava que “Convém [...] desfazer um erro muito generalizado e aceito como verdade extreme. É vulgar ouvir-se dizer que o terramoto de 1755 arrasou completamente a Baixa e muitos outros bairros. Ora isto não é positivamente assim”¹³. Por mim, atrevo-me a defender que “o terramoto [...], apesar da sua dimensão e efeitos, não veio alterar, no curto prazo, o propósito de dotar o rossio lisboeta com um grande

¹¹ ANTT - *Fundo Hospital de S. José*, Livro 1107, fl. 103v.

¹² PACHECO, António Fernando Bento - *De Todos os Santos a S. José – textos e contextos do “espiritual grande de Lisboa”*, dissertação de mestrado em História Moderna e dos Descobrimentos apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, realizada sob orientação do Prof. Doutor Pedro Cardim. Lisboa: 2008, mimeogr., p. 91.

¹³ SEQUEIRA, Gustavo de Matos - *Depois do terramoto – subsídios para a história dos bairros ocidentais de Lisboa*, vol. I, reimpressão da 1ª edição de 1916. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1967, p. 38.

hospital”¹⁴, o mesmo é dizer que, nem do ponto de vista da destruição de um conjunto edificado que já se encontrava, como vimos, em muito mau estado, nem do ponto de vista da decisão política, o fim do hospital joanino foi directa e exclusivamente determinado pelo grande terramoto.

Mobilizemos, pois, alguns argumentos em defesa desta ideia.

Para além da carta assinada no Paço de Belém, a 5 de Dezembro de 1755, na qual Sebastião José de Carvalho e Melo encarregava o Duque Regedor da Casa da Suplicação “de mandar fazer promptas no mesmo sittio do Hospital Real do Rocio as acomodações interinas *que necessarias forem para se repararem os Emfermos das injurias do tempo*”¹⁵, sublinhando o Ministro a indispensável urgência da obra, os seis projectos de reconstrução da baixa lisboeta que, em Abril de 1756, Manuel da Maia, engenheiro-mor do reino, apresentou ao Duque de Lafões¹⁶, contemplam claramente a ideia da reconstrução ou da ampliação do Hospital Real de Todos-os-Santos no seu local de origem.

Estes projectos enquadram-se na longa e conhecida «dissertação» apresentada por Maia, composta por documentos entregues a D. Pedro Henrique de Bragança em 4 de Dezembro de 1755 e em 16 de Fevereiro e 31 de Março de 1756¹⁷. Neles o architecto expunha as cinco possíveis soluções que, em sua opinião, se ofereciam

¹⁴ PACHECO, António Fernando Bento, *ob. cit.*, p. 94.

¹⁵ ANTT - *Fundo Hospital de S. José*, Livro 943, fl. 13v.

¹⁶ D. Pedro Henrique de Bragança Ligne Sousa Mascarenhas da Silva, 1º duque de Lafões, ingressou na Casa da Suplicação, como Regedor das Justiças, em 1749. Ainda que seja o duque a receber de Manuel da Maia os projectos referidos, eles destinavam-se, na prática, como sublinha José-Augusto França, a Sebastião José de Carvalho e Melo e ao rei D. José I - Cf. FRANÇA, José-Augusto - *Lisboa pombalina e o Iluminismo*. Venda Nova: Bertrand Editora, 1987, p. 95.

¹⁷ O texto das três peças documentais que compõem a dissertação de Manuel da Maia foi publicado por José-Augusto França na obra acima referida.

à recuperação de Lisboa, matéria que tem sido sujeita a diversas abordagens.

No que importa para a instituição em apreço, o Hospital de Todos-os-Santos, os projectos a que aludimos devem ser analisados em dois grupos distintos. Num primeiro grupo, consideramos aqueles que projectam o Hospital com uma dimensão e traçado similares aos da sua fundação, sendo evidente a intenção de recuperar a primitiva estrutura cruciforme, com os quatro claustros abertos em torno do templo. Estão neste grupo as plantas de Pedro Gualter da Fonseca e Francisco Pinheiro da Cunha, de Elias Sebastião Pope e José Domingos Pope, de Eugénio dos Santos e António Carlos Andreas e, por fim, um segundo projecto de Edgar Sebastião Pope. Se nos três primeiros se procura disciplinar a labiríntica zona baixa, respeitando, no essencial, a estrutura da cidade antiga, já o último projecto procura uma cidade baixa nova, ordenada, funcional e geométrica. Todavia, independentemente das opções, em qualquer um destes quatro projectos o Hospital de Todos-os-Santos surge com a traça e localização que sempre teve.

Num segundo grupo integremos as duas propostas que mais se afastam da primitiva estrutura: uma segunda planta de Pedro Gualter da Fonseca, que prevê a urbanização do local onde se erguia o Hospital, pelo que Fonseca admitiria a construção de um novo espaço hospitalar noutra zona da cidade e, por fim, o projecto de Eugénio dos Santos, “peça básica do processo da Baixa pombalina, aprovado que foi pelo ministro, e posto em execução”¹⁸, que adopta uma solução mais próxima daquela que a Coroa terá esboçado após o incêndio de 1750, concebendo um Hospital Real que se estende no amplo espaço que medeia entre a fachada virada ao Rossio e o Poço do Borratém,

¹⁸ FRANÇA, José-Augusto, *op. cit.*, pp. 103-104.

incluindo no perímetro projectado todas as propriedades adquiridas no cumprimento dos decretos régios de 1752 e de 1754.

Os planos da Baixa, aprovados em Junho de 1758, foram corrigidos em 1760, numa intervenção da responsabilidade de Carlos Mardel, que mantém uma construção de grandes dimensões entre o Rossio e a actual Rua do Poço do Borratém. Não deixa de ser curioso, porém, que esta construção não ostenta a designação “Hospital Real” como acontecia na planta de Manuel da Maia, surgindo em seu lugar, com uma letra e estilo que muito difere da utilizada quando da realização do desenho, a legenda “Praça da Figueira”. Ora, o decreto que prevê a abertura de um amplo espaço onde fosse possível instalar o mercado que o Rossio já não admitia, transformado que foi por Pombal e pelos arquitectos da Casa do Risco na segunda sala de visitas da cidade, imediatamente a seguir e interagindo com a Praça do Comércio, só viria a ser publicado em 23 de Novembro de 1775, data em que já havia iniciado a sua actividade o Hospital Real de S. José. Mais uma vez somos obrigados a inferir que a decisão formal de encerrar o Hospital de Todos-os-Santos foi tomada ao longo da década de Sessenta¹⁹.

Uma aproximação ao quotidiano do Hospital Real, em tempo de desastre, permite consolidar a ideia de permanência, tendo sempre presente que o edifício do Rossio não saiu incólume da vaga de destruição que assolou Lisboa naquele sábado de Novembro. A maioria dos espaços consignados ao atendimento e hospitalização dos enfermos terá ficado sem condições para, nos moldes habituais,

¹⁹ O *Prospecto da Praça do Rocio no quarteirão da parte oriental da praça*, onde pela primeira vez se projectam os edifícios que virão a ocupar o local onde existiu o Hospital Real e o dormitório dos frades dominicanos, mostra a assinatura, já não de Sebastião José de Carvalho e Melo ou do Conde de Oeyras, mas do Marquês de Pombal, o que significa que o projecto não poderá ter sido apreciado pelo Secretário de Estado do Reino em data anterior a 1769 – Desenho a tinta-da-china aguarelado. Arquivo Municipal de Lisboa, AH, Cartulário Pombalino, doc. 23.

continuar a albergar, o mesmo acontecendo com as áreas destinadas a habitação do pessoal hospitalar com direito a residência. É, ainda assim, possível estabelecer, para o período pós-terramoto, três ciclos distintos.

O primeiro, que decorre entre o dia da catástrofe e finais de Junho de 1758, será o ciclo da deslocalização. Amador Patrício de Lisboa²⁰, nas suas *Providências*, faz notar que “Logo se destinaram os celeiros do magnífico Mosteiro dos Monges Beneditinos, os do Conde de Castelo-Melhor e o Palácio de D. Antão de Almada para públicas enfermarias, além daquelas a quem perdoara o incêndio no Hospital Real de todos os Santos”²¹. O testemunho de Patrício de Lisboa, ainda que sendo considerado “um escrito de propaganda e exaltação das capacidades do Governo”²² pombalino, é corroborado pela documentação, permitindo atribuir significado à expressão «Logo se destinaram». De facto, Fernando Allonço de Ocanha e Munhoz, escrivão do Hospital, no termo de abertura do livro dos assentos das mulheres “que entrarão doentes neste Hospital Real”²³ no período compreendido entre 25 de Agosto de 1756 e 26 de Abril de 1760, esclarece que “Os assentos das mulheres que se vierão a curar a este Hospital Real desde 1º de Novembro de 1755. the 25 de Agosto de 1756, em que estes dous livros tiverão principio, Se achárão assentadas no Livro geral que serviu [sic] para aceitação dos Doentes nas Portas de Santo Antão, e Rocio, e em outros dous Livros que se achão emcadernados em hum só pergaminho

²⁰ Amador Patrício de Lisboa é um dos pseudónimos de Francisco José Freire, que também assinou como Cândido Lusitano. Poeta, historiógrafo, tradutor, teórico da literatura e das ideias estéticas, Freire foi um dos mais destacados membros da Arcádia Lusitana. Cf. “Introdução” de Luís Oliveira Ramos in Amador Patrício de Lisboa, *op. cit.*, p. 11.

²¹ Amador Patrício de Lisboa, *op. cit.*, p. 72.

²² *Ibidem*, p. 14.

²³ ANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 1809, “Livro das Portas de Santo Antão que principiou em 25 de Agosto de 1756 e findou em 26 de Abril de 1760”.

que servirão dos assentos de Homens, e mulheres, que vierão doentes as Cazas dos Almadas no Rocio, e no Convento de S. Bento dos Pretos quando lá estiverão as Emfermerias, depois do Terremoto, E para o que puder suceder, e em algum tempo for preciso faço esta declaração Hospital Real 20 de Junho de 1760”²⁴. Identificamos, pois, quatro pólos através dos quais o Hospital Real de Todos-os-Santos manteve a sua actividade assistencial: algumas enfermarias que sobreviveram ao cataclismo, o Palácio dos Almadas, no Rossio, os celeiros do Conde de Castelo Melhor, às Portas de Santo Antão²⁵ e os do Convento de São Bento da Saúde²⁶.

Quanto ao convento beneditino, é de novo Ocanha e Munhoz quem regista a cronologia de ocupação daquele espaço religioso pelos enfermos do Hospital. No frontispício de um dos livros de registo de doentes, o escrivão anotava que “desde f. 1 the 63 se mmedio [...] outro livro dos doentes que se foram a curar a S. Bento no tempo que lá estiveram as Emfermarias desde 6 de Novembro de 1755 athe 12 de Setembro de 1756 que la estiveram”²⁷. O segmento cronológico estabelecido por Ocanha confirma o teor de um aviso datado de 2 de Setembro de 1756, expedido por Sebastião José de Carvalho e Melo, no qual se determina que os enfermos da enfermaria dos feridos que até então se achavam alojados no Convento de S. Bento da Saúde fossem transferidos para a Enfermaria do Hospital Real de Todos-os-Santos,

²⁴ Ibidem

²⁵ Em 1755, o Palácio do Conde de Castelo Melhor ficava situado a Norte do local onde hoje se ergue a estátua dos Restauradores, perto da antiga porta de Santo Antão. O edifício sofreu estragos consideráveis, sendo demolido e substituído pelo actual Palácio Foz, cuja construção se inicia em 1777 sob direcção do arquitecto italiano Francisco Fabri.

²⁶ Estrutura afecta à Ordem de São Bento cuja construção se iniciou em finais do século XVI, o convento deu lugar ao Palácio das Cortes, actual Assembleia da República.

²⁷ ANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 1461, “Enfermarias das Portas de Santo Antão, Casa dos Almadas no Rossio e em São Bento da Saúde, após o terramoto”.

“por se achar já com capacidade e cómodo para os receber”²⁸. Em que condições os enfermos foram recebidos e mantidos no Convento de S. Bento e nos outros espaços transformados em enfermarias, não o sabemos. Não seriam certamente as melhores. Ainda assim, o teor dos avisos assinados pelo Secretário de Estado do Reino, publicados por Amador Patrício de Lisboa e dos quais encontramos eco na documentação hospitalar, revelam o carácter precário da ocupação do espaço²⁹, deixando perceber uma tentativa clara de distribuição dos doentes por valências hospitalares, destinando-se o Convento de S. Bento ao foro cirúrgico e traumatológico³⁰. São comuns, na documentação estudada, enfermos hospitalizados em S. Bento por terem “perna cobrada”, ou serem “doente do corpo todo moído”, ou apresentarem-se “com a cara toda doente”, não sendo detectável distinção entre desnoções (orto-traumatologia) e feridos (cirurgia).

Neste primeiro ciclo destacaríamos, como vectores caracterizadores, a necessidade de deslocalização de serviços, de molde a permitir instalar quantos ao Hospital recorreram, bem como

²⁸ ANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 943, fl. 17v.

²⁹ Em aviso datado de 28 de Fevereiro de 1756, dirigido ao Abade do Convento de S. Bento da Saúde, o governo reconhecia a “impossibilidade que há no Hospital Real de todos os Santos para receber os muitos doentes que nele concorrem” tornava oficial a ocupação do espaço, informando aquele religioso que “será do seu real agrado [de Sua Magestade] que V.P. permita ao Enfermeiro-Mor recolher no Celeiro desse Mosteiro os feridos do dito Hospital”, assumindo o carácter precário da ocupação – “enquanto nele [no Hospital] se não concluem as comodidades interinas que se acham próximas a findar-se. Deus guarde a V.P.. Paço de Belém, 28 de Fevereiro de 1756. Sebastião José de Carvalho e Mello”. Amador Patrício de Lisboa, *op. cit.*, pp. 120-121.

³⁰ Um outro aviso, com a mesma data, ordena ao Monteiro-Mor do Reino que “se sirva para a cura de todos os feridos presentes, e futuros, do Celeiro do Mosteiro de S. Bento da Saúde, que se ocupou na ocasião do Terramoto, o que o mesmo Senhor [Sua Magestade] mandou significar ao D. Abade do dito Mosteiro, que somente serviria para se curarem feridos. Com o que ficarão livres os lugares que estes ocupavam para acomodação dos outros enfermos. Deus guarde a V. Senhoria. Paço de Belém, a 28 de Fevereiro de 1756. Sebastião José de Carvalho e Mello”. *Ibidem*, p. 121. Do referido aviso encontra-se traslado em ANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 943, fl. 15.

o movimento de retorno dos enfermos ao Hospital do Rossio à medida que se foram criando condições para tal. Refira-se que, para o período compreendido entre 1755 e 1775, a média de enfermarias em funcionamento é de vinte e uma unidades³¹. Referindo-nos aos enfermos entrados no Hospital Real no período de 1 de Novembro de 1755 a 9 de Julho de 1756, que nele permaneceram ou que receberam cuidados nas instalações alternativas, encontramos 3.836 doentes hospitalizados (cerca de 475 doentes por mês), sendo de 958 o número de falecidos (24,974%)³².

O segundo ciclo, a que chamaríamos «o tempo de D. Jorge Machado de Mendonça», decorre entre 1 de Julho de 1758 e o final de Junho de 1766.

O Livro nº 1106 do *Fundo Hospital de São José*, hoje disponível no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, regista as impressões pessoais de D. Jorge Francisco Machado de Mendonça Essa Castro Vasconcellos e Magalhães sobre o Hospital Real de Todos-os-Santos, tratando-se de um documento que permite avaliar não apenas a situação da instituição nos anos que se seguiram ao terramoto, como também o pensamento de D. Jorge de Mendonça em matéria de gestão e de tutela. Referimo-nos ao livro que contém o traslado do *Memorial* enviado em 1759 ao Conde de Oeiras, no qual o Enfermeiro-Mor diagnostica a situação do Hospital e enumera as medidas tomadas em defesa do interesse dos enfermos.

Recorde-se que D. Jorge de Mendonça é nomeado para o exercício do cargo de Enfermeiro-Mor e Tesoureiro Executor da Fazenda do Hospital Real de Todos-os-Santos não pela Mesa da Misericórdia, mas directamente pelo punho de Sebastião José de

³¹ PACHECO, António Fernando Bento, *op. cit.*, anexo 3.

³² *Ibidem*, p. 116.

Carvalho e Melo, interrompendo uma longa tradição e não convocando, durante o mandato, a Irmandade para os negócios do Hospital. Este facto pode justificar um texto que procura sublinhar a virtude, a dedicação e a competência de quantos merecem a confiança política do Secretário de Estado do Reino³³, texto que se identifica com uma literatura de exaltação da estatura e da obra do rei e, naturalmente, do já então Conde de Oeiras. Será, aliás, numa perspectiva de propaganda de regime que se poderá entender a publicação do texto de D. Jorge de Mendonça, em 1761, em edição composta na oficina lisboeta de Miguel Manescal da Costa³⁴, sendo talvez essa a razão para que o testemunho deste Enfermeiro-Mor surja relativizado por quantos têm trabalhado esta problemática. Pela nossa parte, cientes de que há um propósito político a pautar o texto do *Memorial*, pensamos tratar-se de um documento que disponibiliza informação indispensável para a compreensão do contexto em que se desenrolou o quotidiano hospitalar no terceiro quartel do século XVIII.

O propósito de avaliar situações e procurar soluções para as remediar norteou a administração de D. Jorge de Mendonça, que entende o serviço da Coroa como uma missão, esgrimindo argumentos e não se coibindo de criticar aqueles que considera como responsáveis pela situação de degradação, nas instalações e nos costumes, que

³³ O reconhecimento do mérito é uma preocupação que não raro acompanha referências a uma das ideias transversais ao pombalismo, a do Estado que tudo faz pelo bem público: “Quem pode duvidar, o que todos os Portugueses devem a S. Magestade Fidelíssima, pois de novo nos tem creado as Sciencias, e nos está distribuindo os beneficios, querendo augmentar Sua Monarquia para delicia dos seus vassallos, e delles separar os membros podres, e para aquelles que lhe merecerem Suas honras as distribuir [...]”. ANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 1106, fl. 136.

³⁴ Pelo breve memorial expõe Jorge Francisco Machado de Mendonça ao...Conde de Oeiras...o regimen que tem estabelecido no Hospital Real de Todos os Santos: donde por decreto do mesmo senhor he thesoureiro executor da sua fazenda e enfermeiro mor: relata-se a fundação deste hospital e algumas noticias respectivas aos hospitaes..., Lisboa, Na officina de Miguel Manescal da Costa, 1761,148, [3] p. 30 cm.

encontrou no Hospital. E naturalmente que a Misericórdia de Lisboa e o seu Provedor não saem ilesos das críticas do Enfermeiro-Mor. Depois de referir o eficaz empenho com que o Secretário de Estado do Reino dispôs o bem público, Mendonça deixa claro que o Hospital se acha sem formulário ou regimento, defendendo que a atribuição da gestão ao Provedor da Misericórdia é a “razão mayor do esquecimento e assistência que tem faltado, sendo os pobres doentes desamparados [e sujeitos] a vapores immundos, ar corrupto, tudo em contrário à vida humana”³⁵.

É, afinal, uma nova percepção do que deve ser o serviço público que se revela. Mendonça, que não integra o círculo fidalgo que durante anos dominou a Misericórdia lisboeta, assume o confronto com a tradição, considerando que o Hospital Real de Todos-os-Santos não deve ser tutelado por aquela Irmandade, devendo, isso sim, estar sujeito apenas e só ao poder régio: “não é justo, que o thesoureyro tendo todo o trabalho, ao Provedor da Mizericórdia se lhe aggardeção as vittorias, e pela sua mão sejam administradas as regalias de mesmo Hospital”³⁶.

Com uma frontalidade que importa reconhecer, D. Jorge de Mendonça justifica, no início do *Memorial*, um conjunto imenso de providências vertidas em edital, tendentes a debelar “o dezamparo dos pobres, a má assistência com que os curavão, o pouco cuidado, e zello na sua fazenda, hum puro esquecimento da Administração dos Sacramentos, e assistencia espiritual, a sem Ceremonia com que se tratava o sagrado [...] não se vendo em todo aquele Hospital mais que

³⁵ ANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 1106, fl. 131.

³⁶ ANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 1106, fl. 131v.

hua pura desordem, uma Congregação muito mal Ordenada, e huma republica sem sombras de administração racional”³⁷.

O sentido do discurso é claro: o Hospital existe, funciona com dificuldades, revela a mesma lassidão de costumes que parece ter-se instalado em alguns sectores da sociedade lisboeta da segunda metade do século XVIII e exige medidas correctivas que se justificam “Pella má assistência dos Medicos, Cirurgioens, emfermeyros e ajudantes, que tem no Hospital obrigação de Curarem, e assistirem aos enfermos, e no Espiritual Párocos, e Confessores, esquecimento de huns e omissão de outros me deo motivo de declarar a Verdadeyra forma de cumprirem suas respectivas obrigações”³⁸. Numa palavra, há que reformar. É esse o verdadeiro desafio que Carvalho e Melo coloca directamente a D. Jorge Machado de Mendonça, num tempo em que ainda se defenderia a continuidade e consequente remodelação do Hospital do Rossio, quadro que ganhará outros contornos com o decorrer dos anos Sessenta.

A decisão de nomear um Enfermeiro-Mor, tomada em 1758, suspendia, em tempo de crise, os mecanismos de eleição previstos no Compromisso da Misericórdia, chamando o governo a si a prerrogativa e a responsabilidade de confiar a personalidades às quais reconhecia, à data da nomeação, competências e confiança política para encetar uma reforma que se pretendia fazer chegar, no universo institucional do reino, o mais longe possível, um “projecto que estava, aliás, facilitado pelo total desmoronamento do aparelho administrativo”³⁹ e pela “crise global do sistema político gerada pelo cataclismo”⁴⁰. Resultando de um ideário que

³⁷ *Ibidem*, fl. 115.

³⁸ *Ibidem*, fl. 116v.

³⁹ SUBTIL, José Manuel - *O terramoto político (1755-1759). Memória e poder*. Lisboa: EdiUAL, 2007, p. 12.

⁴⁰ *Ibidem*.

arvorava a bandeira do bem comum e da utilidade geral do serviço público e das instituições, que adoptava uma atitude paternalista de protecção face aos súbditos, estaremos, enquanto o Secretário de Estado teve força e apoio para tanto, perante novos ritmos de governação nos diferentes níveis do colectivo social, perante novos actores e perante novas exigências, o que não deixará de se fazer sentir na Misericórdia de Lisboa e no Hospital de Todos-os-Santos.

O mandato de D. Jorge Machado de Mendonça (1758-1766), durante o qual Mesa da Misericórdia deixou de proferir os seus despachos, cabendo directamente ao responsável hospitalar a publicação e subscrição de ordens e editais, terá simbolizado a ruptura com o anterior modelo.

A nomeação de D. José Luiz de Menezes Abranches Castello Branco e Noronha, 6º conde de Valadares, para o cargo de Enfermeiro-Mor do Hospital Real de Todos-os-Santos, data de 23 de Maio de 1766, sendo assinada por Sebastião José de Carvalho e Melo e enviada, para execução, ao Provedor da Misericórdia⁴¹, inaugura o terceiro e último ciclo da vida da instituição, deixando entrever a presença de um novo perfil de dirigentes e de uma fórmula outra na administração da *res publica*. Falamos de uma administração que, permitindo o retorno de figuras da primeira nobreza da corte, opera na dependência directa do Conde de Oeiras e que está em consonância com as suas opções políticas. E por essa altura, para o futuro Marquês de Pombal, existiam condições para repensar o futuro do grande hospital público de Lisboa.

Sendo a nomeação de dirigentes um indicador da actividade institucional, o que fica dito permite concluir que o Hospital Real de Todos-os-Santos manteve a sua intervenção ao longo de todo o terceiro quartel do século XVIII, revelando a sucessão dos seus

⁴¹ Cf. ANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 943, fls. 27v-73.

dirigentes uma evolução que se identifica, no tempo e no modo, com as significativas transformações operadas no sistema político português. Retenha-se, porque importante, que ao longo de todo o período se contrataram novos enfermeiros e novos ajudantes, aplicou-se a justiça, assumiram-se responsabilidades financeiras de monta, nomeadamente as relacionadas com os legados pios e produziram-se registos.

Escrevemos que ao incêndio de 1750 respondeu a Coroa não com uma nova construção noutra zona da cidade, mas com decisões que não deixam dúvidas quanto à intenção de reconstruir e de ampliar o «velho» hospital no local que sempre ocupou. Esta opção não é abandonada em consequência dos estragos provocados pelo terramoto de 1755. De facto, o hospital mantém o seu lugar em cinco dos seis projectos iniciais para a reconstrução da Baixa, sendo que só no início da década de Sessenta a afectação daquele espaço a outros fins começa a delinear-se, ainda que de uma forma tímida, vindo a ganhar os seus contornos definitivos apenas em 1775. É exactamente a sequência cronológica que nos força a reflectir sobre a razão que estará subjacente à formulação da possibilidade de transferência dos serviços hospitalares e de assistência sedeados no Rossio para outras áreas da cidade. E nesta matéria, surge com grande nitidez a problemática que envolveu Sebastião José de Carvalho e Melo e a Companhia de Jesus.

Se procurarmos o momento que torna concretizável a reforma definitiva do conjunto hospitalar do Rossio, encontramos-lo em 1759, por via da expulsão dos padres jesuítas e do confisco do seu imenso património. A alteração conceptual da «Baixa» da cidade, no que ao Rossio respeita, não se limita a considerações de ordem arquitectónica. Na Lisboa pós-terramoto, onde os grandes edifícios públicos não abundam e a recuperação da cidade é obra morosa, a

exigir esforços imensos em matéria de planeamento, de execução e de financiamento, assume particular relevância o património edificado da Companhia de Jesus.

A década de Sessenta do século XVIII vai determinar não apenas a planificação urbana do Rossio e da zona adjacente, mas também a criação de dois importantíssimos pólos da actividade assistencial: São Roque e Santo Antão. Em Carta de Doação datada de 8 de Fevereiro de 1768, emitida em Salvaterra de Magos⁴², a Coroa entrega à Misericórdia de Lisboa o conjunto de edifícios jesuítas designados como “Igreja e Casa Professa de São Roque⁴³”, sendo esta doação reiterada em 31 de Janeiro de 1775⁴⁴.

Com a mesma data surgem dois outros documentos que reflectem a preocupação do gabinete pombalino face à capacidade de resposta a um dos grandes desafios que a época moderna enfrentou: a massificação do abandono de crianças, fenómeno que atinge proporções gigantescas no século XVIII e cuja resolução o Estado Iluminista tenta chamar a si, exercendo o poder paternal como um pai na pessoa do rei, formulação que procura dar visibilidade à benevolência do soberano, tão cara à ideologia iluminista do poder⁴⁵.

⁴² Carta de Doação referida no texto de documento régio de 31 de Janeiro de 1775, transcrito em Collecção da Legislação Portuguesa – Suplemento à Legislação de 1763 a 1790, p. 402. In O Governo dos Outros – Imaginários Políticos do Império Português [www.governodosoutros.ics.pt], 2018.03.20.

⁴³ *Ibidem*.

⁴⁴ *Ibidem*, pp. 402-407. O citado documento clarifica o património doado, fazendo nele compreender os bens de «todas as Confrarias erectas na Igreja, que antes se chamava Casa Professa de S. Roque». A Igreja de São Roque acolheu, nos séculos XVII e XVIII, as Congregações de Santa Quitéria, de São Francisco Xavier, de Nossa Senhora da Piedade, de Jesus Maria José, de Nossa Senhora da Doutrina e de Nossa Senhora da Boa Morte, das quais transitaram para a Misericórdia de Lisboa o património e um extenso acervo documental.

⁴⁵ Cf. SÁ, Isabel dos Guimarães - Abandono de crianças, identidade e lotaria: reflexões em torno de um inventário. In *Inventário da Criação dos Expostos do Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, prefácio de SÁ, Isabel dos Guimarães, coordenação

São eles um Alvará que centraliza na Mesa da Misericórdia o património e a gestão “do Hospital publico dos Enfermos, e do outro Hospital dos Expostos”⁴⁶ e uma Carta Régia que, considerando a “sustentação dos mesmos Expostos um encargo comum dos Povos em todos os Reinos, e Estados Christãos”⁴⁷, afirma a intenção de “novamente [mandar] fazer diversas Applicações em benefício dos sobre ditos Innocentes Expostos”⁴⁸ criando a “pequena Imposição de dez réis sobre cada Pessoa das que na Cidade de Lisboa, e seu Termo receberem Sacramentos, e pagão conhecenças”⁴⁹. S. Roque virá, pois, a constituir-se como fulcro da actividade desenvolvida em torno dos Expostos⁵⁰, aí se instalando também a sede da Irmandade da Misericórdia de Lisboa.

A decisão de transformar o Colégio de Santo Antão-o-Novo em estabelecimento hospitalar data de 1769, ano em que a Coroa emite, a 26 de Setembro, “Carta de Doação do Collegio de Santo Antão de Lisboa dos

dos trabalhos e elaboração de textos de COLEN, Maria Luísa Guterres Barbosa e MANOEL, Francisco D'Orey. Lisboa: SCML, 1998, pp. XV-XVI.

⁴⁶ SÁ, Isabel dos Guimarães, *op. cit.*, pp. 606-608. O texto refere-se ao Hospital de Todos-os-Santos, em cuja cerca se localizou, até à sua transferência para S. Roque, o “outro Hospital dos Expostos” ou Hospital dos Enjeitados, com a famigerada Roda aberta para a Rua da Betesga.

⁴⁷ *Ibidem*, p. 610.

⁴⁸ *Ibidem*.

⁴⁹ Collecção da Legislação Portuguesa – Suplemento à Legislação de 1763 a 1790, p. 407. In O Governo dos Outros – Imaginários Políticos do Império Português [www.governodosoutros.ics.pt], 2018.03.22.

⁵⁰ A Casa da Roda dos Expostos, bem como a Casa da Ama da Roda, estão identificadas em planta aguarelada, datada do início do século XIX, representando a “Igreja de S. Roque, cerca e mais edefícios que hoje pertencem a Santa Caza da Mizericordia”. Cf. *Os expostos da Roda da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, MANOEL, Francisco D'Orey (coord. científica). Lisboa: Museu de São Roque e Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 2001, p. 50.

Extintos Jesuítas ao Hospital”⁵¹, o que se enquadra no que atrás dissemos acerca da evolução do trabalho dos arquitectos da Casa do Risco.

No mesmo ano surgem na documentação as primeiras acções tendentes a adaptar o colégio jesuíta a hospital. Nas mãos de José Rodrigues Bandeira, então Tesoureiro Geral das Rendas da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, é depositada, a 2 de Outubro de 1769, a quantia de 32 mil reaes, pertencente à testamentária de Lourenço de Amorim Costa. Esta verba, destinada no início dos anos cinquenta a obras de recuperação relacionadas com o incêndio de então, era agora reconduzida “para o novo edefficio do Hospital no Colegio de Santo Antão de que S. Magestade Fidelissima fez doação a este Hospital, como se ve do conhecimento, que serve de documento N. 127”⁵². Ainda no mesmo ano de 1769, António Rodrigues Gil, Mestre Carpinteiro, concluiu, na semana que findou a 11 de Agosto, obras na cerca do Colégio, obras essas que virão a ser pagas pelo Tesoureiro do Hospital Real de Todos-os-Santos, no ano seguinte⁵³. E isto apesar de Sua Majestade – entenda-se o Secretário de Estado do Reino - procurando contornar a morosidade habitual nos pagamentos a fornecedores, ter estabelecido, a 12 de Outubro de 1769, um cofre exclusivo para as intervenções de adaptação do Colégio Jesuíta de Santo Antão a hospital público⁵⁴.

E enquanto este novo Hospital não recebe os primeiros enfermos, um outro grupo de carenciados procura abrigo nas instalações do imenso colégio. Falamos das crianças e jovens

⁵¹ ANTT - *Fundo Hospital de S. José*, Livro 2703, fl. 16; ANTT - *Fundo Hospital de S. José*, Livro 943, fl. 136v-137v.

⁵² ANTT - *Fundo do Hospital de São José*, Livro 4776, fl. 287.

⁵³ ANTT - *Fundo do Hospital de São José*, Livro 4776, fl. 421.

⁵⁴ ANTT - *Fundo do Hospital de São José*, Livro 943, fl. 136.

entregues aos cuidados da Real Casa dos Expostos, que em período transitório se serve do Colégio de Santo Antão. Estas crianças, adolescentes e mesmo jovens adultos sem perspectivas de futuro, descem ao Rossio, ao edifício cruciforme de Todos-os-Santos, sempre que necessitam de cuidados hospitalares⁵⁵.

Há, então, uma relação que nos parece inquestionável entre a extinção da Companhia de Jesus e a reforma do Hospital de Todos-os-Santos. É uma relação que se adivinha, em 1760, na alteração dos projectos da Casa do Risco relativamente ao quadrante nascente do Rossio; que passa, também em 1760, pela entrega ao “espiritual grande de Lixboa⁵⁶” das Boticas do Noviciado de Arroios⁵⁷ e do Colégio de Santo Antão⁵⁸; é, enfim, uma relação que se oficializa com as doações de 1768 e 1769 e que acaba por concretizar-se em 1775, com acções que visam um duplo objectivo: a estruturação, em São Roque, de um espaço vocacionado para a resposta possível à problemática do abandono de crianças e a criação de um outro grande hospital público

⁵⁵ Entre 1769 e a abertura do Hospital Real de S. José, em 1775, os expostos que ocupavam a antiga Casa dos Enjeitados, situada, como já referido dentro da cerca do Hospital de Todos-os-Santos, são transitoriamente alojados no Colégio Extinto de Santo Antão, recebendo assistência hospitalar no velho edifício do Rossio. Veja-se, entre muitos outros registos, os exarados em ANTT - *Fundo Hospital de S. José*, Livro 1816, “Livro geral N. 8 dos Assentos das Mulheres Emfermas que entrão a curar-se neste Hospital Real de todos os Santos da Cidade de Lisboa de 13 de Junho de 1770 até 12 de Setembro de 1771”, fl. 36v.

⁵⁶ Livro das Obras de Garcia de Resende, p. 372.

⁵⁷ A 6 de Maio de 1760, o Conde de Oeiras manda entregar ao Hospital Real de Todos-os-Santos “a Botica e tudo o mais a ella pertencente que foj do Noviciado de arrojios dos Regulares da Companhia denominada de Jezuz”. ANTT - *Fundo Hospital de S. José*, Livro 1106, fl. 79.

⁵⁸ Por ordem assinada por Sebastião José de Carvalho e Melo a 30 de Maio de 1760, determina-se que se “mande entregar a botica e tudo a mais della pertencente que foi do Collegio de Santo Antão dos Regulares da Companhia denominada de Jezuz a Jorge Francisco Machado de Mendonça Enfermeiro Mor e Thezoureyro do Hospital Real de todos os Santos para fazer empregar em beneficio dos doentez do ditto Hospital”. *Ibidem*, fl. 55-55v.

em Lisboa, o Hospital Real de São José, para onde os enfermos hospitalizados nos edifícios do Rossio são transferidos em Abril⁵⁹.

Em suma, pretendemos que a vulgarizada ideia de que o terramoto de 1755 foi responsável pela destruição total da instituição, privando a cidade do seu hospital primeiro, carece de sustentabilidade documental. Ao contrário do que trespassa de uma imaginária que tudo reduz a escombros e de uma leitura apocalíptica da tragédia que estudos recentes parecem questionar, o que a documentação atesta é um esforço de reconstrução do edificado e de reorganização das rotinas, o que permite assumir, sem quaisquer ambiguidades, que o Hospital de Todos-os-Santos se manteve em actividade, apesar das dificuldades, até Abril de 1775. O fim do Hospital Real de Todos-os-Santos não é ditado pela catástrofe mas pela decisão política e administrativa e o seu desaparecimento da paisagem citadina não se deve às forças da natureza mas ao trabalho das brigadas de demolição.

Mais, o terramoto de 1755 só surge como factor determinante para o encerramento definitivo do Hospital do Rossio na medida em que criou condições objectivas para a reordenação urbana, proporcionando respostas para necessidades há muito sentidas. O projecto de remodelação e de ampliação do Hospital de Todos-os-Santos não surge com o terramoto, situa-se-lhe a montante, da mesma forma que a solução final encontrada, a fundação do Hospital Real de São José, aproveita os desenvolvimentos de uma situação política particularmente complexa

⁵⁹ “Em Abril de 1775 foram transferidos os doentes existentes no velho e arruinado edifício do Hospital de Todos os Santos para o antigo collegio de Santo Antão, doado por D. José em carta régia de 26 de Setembro de 1769 para nele se estabelecer o dito Hospital, o qual por esse facto se ficou chamando Hospital Real de São José”; SANTOS, Sebastião Costa - *Catálogo dos Provedores e Enfermeiros-Móres do Hospital Real de Todos os Santos e do Hospital de S. José*, p. 42. Era então Provedor da Misericórdia e do Hospital Luiz Diogo Lobo da Silva.

que ditou a extinção da Companhia de Jesus e a anexação à Coroa do seu imenso património imobiliário⁶⁰.

Face a um contexto político que procura consolidar novos poderes e novas concepções do todo social, não será por mero acaso que o Hospital Real de Todos-os-Santos encerre definitivamente portas em 1775. Falamos do ano em que se define a criação de um novo e cosmopolita espaço, a futura Praça da Figueira, ano no qual, a 6 de Junho, Lisboa olvida, ainda que por momentos, mágoas, tristezas e lutos, festejando a inauguração da estátua equestre do rei Reformador, José de seu nome, numa Praça do Comércio que se quis porta monumental do império. No Rossio, o Hospital Real de Todos-os-Santos encerrava definitivamente as portas e aceitava como inevitável a demolição. Para o então Marquês de Pombal, estava dado um passo de importância fulcral na reforma das estruturas assistenciais da capital do reino.

⁶⁰ Cf. PACHECO, António Fernando Bento, *op. cit.*, pp. 176-177.

Referências:

- ANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 943, “Registo Geral 1752-1802”.
- ANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 1106, “Livro em que se registam as ordens e editaes que tem feito publicar o Exmo D. Jorge Francisco Ma [...] no principio [...] Agosto de 1758”.
- ANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 1107, “Escripturas de compra de várias propriedades 1752-1754”.
- ANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 1461, “Enfermarias das Portas de Santo Antão, Casa dos Almadas no Rossio e em São Bento da Saúde, após o terramoto”.
- ANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 1809, “Livro das Portas de Santo Antão que principiou em 25 de Agosto de 1756 e findou em 26 de Abril de 1760”.
- ANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 1816, “Livro geral N. 8 dos Asentos das Mulheres Emfermas que entrão a curar-se neste Hospital Real de todos os Santos da Cidade de Lisboa de 13 de Junho de 1770 até 12 de Setembro de 1771”.
- ANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 2703, “Índice Chronologico da Legislação permanente do Hospital Real de São Jozé, que começa no Anno de 1603 [...] e finda em 1827”.
- ANTT, *Fundo do Hospital de São José*, Livro 4776, “Diário, letra A, da Administração, e Arrecadação do Hospital Real de Todos os Santos desta Cidade de Lisboa, que teve principio, em 17 de Março de 1768”.
- ARAÚJO, Ana Cristina – “Armadilhas da razão prática: desastre, risco e propaganda”. In *História e Ciência da Catástrofe: 250^a aniversário do terramoto de 1755*, coord. Maria Fernanda Rollo, Ana Isabel Buescu e Pedro Cardim. Lisboa: Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2007, pp. 125-153.
- Cartulário Pombalino*, coord. Inês Moraes Viegas, textos Ana Caessa. Lisboa: Arquivo Municipal, 1999, p. 113.
- Collecção da Legislação Portuguesa – Suplemento à Legislação de 1763 a 1790*, pp. 402-407. In *O Governo dos Outros – Imaginários Políticos do Império Português* [www.governodosoutros.ics.pt], 2018.03.20.
- FRANÇA, José-Augusto - *Lisboa pombalina e o Iluminismo*, 3^a ed. Venda Nova: Bertrand Editora, 1987, p. 407.
- LEMONS, Maximiano - *História da Medicina em Portugal - Doutrinas e Instituições*, 2^a ed. Lisboa: Publicações D. Quixote, Ordem dos Médicos, 1991, 2 vol.
- LISBOA, Amador Patrício de - *Providências do Marquês de Pombal que se deram no terramoto que padeceru a corte de Lisboa no ano de 1755*, introdução de Luís Oliveira Ramos. Lisboa: Público, Fundação Luso-Americana, 2005.
- Livro das Obras de Garcia de Resende*. Edição crítica, estudo textológico e linguístico por Evelina Verdelho. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994, p. 899.

Os expostos da Roda da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Francisco D'Orey Manoel (coord. científica). Lisboa: Museu de São Roque e Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 2001, p. 62.

PACHECO, António Fernando Bento - *De Todos os Santos a S. José – textos e contextos do “espiritual grande de Lisboa”*, dissertação de mestrado em História Moderna e dos Descobrimentos apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, realizada sob orientação do Prof. Doutor Pedro Cardim. Lisboa: 2008, mimeogr., VIII +195 + lx pp..

Pelo breve memorial expõe Jorge Francisco Machado de Mendonça ao...Conde de Oeiras...o regimen que tem estabelecido no Hospital Real de Todos os Santos: donde por decreto do mesmo senhor he thesoureiro executor da sua fazenda e enfermeiro mor: relata-se a fundação deste hospital e algumas noticias respectivas aos hospitaes..., Lisboa: Na officina de Miguel Manescal da Costa, 1761,148, [3] p.

Relação verdadeira, e individual do formidavel incendio que se ateou no Hospital Real de Todos os Santos da Cidade de Lisboa, em 10. de Agosto, deste anno de 1750. Lisboa: Na Officina de Manoel Soares, 1750, p. 8.

SÁ, Isabel dos Guimarães - “Abandono de crianças, identidade e lotaria: reflexões em torno de um inventário”. In *Inventário da Criação dos Expostos do Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, prefácio de Isabel dos Guimarães Sá, coordenação dos trabalhos e elaboração de textos de Maria Luísa Guterres Barbosa Colen e Francisco D'Orey Manoel. Lisboa: SCML, 1998, pp. XV-XVI.

SANTOS, Sebastião Costa - “Catálogo dos Provedores e Enfermeiros-Móres do Hospital Real de Todos os Santos e do Hospital de S. José”, separata de *Arquivos de História da Medicina Portuguesa*. Porto: Tip. da “Enciclopédia Portuguesa”, 1918, p. 80.

SEQUEIRA, G. de Matos - *Depois do terramoto – subsídios para a história dos bairros ocidentais de Lisboa*, reimpressão da 1ª edição de 1916. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1967, 2 vol.

SILVA, Raquel Henriques da - “Da destruição de Lisboa ao arrasamento da Baixa: o terramoto urbanístico de Lisboa”. In *História e Ciência da Catástrofe: 250º aniversário do terramoto de 1755*, coord. Maria Fernanda Rollo, Ana Isabel Buescu e Pedro Cardim. Lisboa: Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2007, pp. 105-111.

SUBTIL, José Manuel - *O terramoto político (1755-1759): memória e poder*. Lisboa: EdiUAL, 2007, p. 175.